



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

ATA DE REUNIÃO

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE - CONDEL/SUDENE

Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto do ano de 2024, às 10h, por meio de videoconferência, sob a presidência do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) a reunião foi conduzida pelo Senhor Secretário-Executivo, **Valder Ribeiro** e secretariada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pelo Superintendente e Secretário-Executivo do CONDEL/SUDENE, **Danilo Cabral**, deu-se início a 34ª Reunião Ordinária ainda com as presenças dos senhores (as) membros do Conselho: Excelentíssimos (as) Senhores (as): **Maria de Fátima Bezerra**, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte e presidente do Consórcio Nordeste; **Elmano Freitas**, Governador do Estado do Ceará; **Mateus Sampaio**, Vice-Governador do estado de Minas Gerais; **Priscila Krause**, Vice-Governadora do Estado de Pernambuco; **Themistocles Filho**, Vice-Governador do Estado do Piauí; **José Macedo Sobral**, Vice-Governador do Estado de Sergipe; **José Ademir Freire**, diretor do Banco do Nordeste (BNB); **Alexandre Buzato Fiorot**, Conselheiro da Confederação Nacional do Comércio (CNC); **Adauto Marques Batista**, Conselheiro da Confederação Nacional da Indústria (CNI); **José Alvares Vieira**, Conselheiro da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA); **Marcones Marinho da Silva**, Conselheiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); **Lucivânio de Aragão**, Conselheiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); **José Nascimento Coelho**, Conselheiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC). Os Ministérios que participaram na condição de ouvintes, foram o da Fazenda representado pelo secretário-executivo Adjunto, Rafael Dubeux e sua assessora Carina Vitral e do Planejamento e Orçamento, representado pelo secretário-executivo Adjunto, Márcio Luiz de Albuquerque e sua assessora Dorotea Bloss. Os Governos dos estados de Alagoas, Bahia, Paraíba e Espírito Santo, foram representados com a categoria de ouvintes pelos senhores (as) Felipe Cordeiro, Cláudio Ramos Peixoto, Gilmar Martins e Lílian Siqueira, respectivamente. A Reunião contou ainda com a presença de diretores e assessores da SUDENE e do Banco do Nordeste (BNB). Realizados os credenciamentos dos conselheiros e os informes gerais, o Presidente do Condel, Secretário-Executivo do MIDR, Valder Ribeiro, fez seus cumprimentos a todos os presentes em nome da Governadora Fátima, também a quem acompanhou virtualmente e ao superintendente da SUDENE, Danilo Cabral, extensivo aos diretores e a todo o corpo técnico da SUDENE. Lembrou que a pauta da reunião fora previamente discutida na reunião do Comitê Técnico no dia 8 de agosto passado. Perguntou à secretaria-executiva se o quórum estava formado e, com a afirmativa de quórum, o senhor Valder Ribeiro justificou a ausência do Ministro do MIDR, Waldez Góes e recordou uma fala do Ministro nas reuniões das superintendências "que quando nós chegamos a esse governo e deu posse às superintendências, inclusive isso registrado em acórdão do TCU, as políticas regionais de desenvolvimento não tinham a capilaridade que o envolvimento dos Estados, dos organismos que participam, dos bancos, tanto que até hoje não temos nenhuma política regional aprovada no Congresso Nacional e esta política regional, hoje das três superintendências, estão em consonância com PPA e com a PNDR, e estão para serem enviadas. Temos uma proposta de agenda com as superintendências em Brasília para ser anunciada essa política nacional." Esclareceu a importância desse registro porque se trata da continuidade do trabalho que foi iniciado em 2023. Falou que nesta reunião do Condel/SUDENE serão cinco itens de pauta para poderem avançar ainda mais nesse sentido. Declarou aberta a 34ª reunião do Condel da SUDENE e passou a palavra ao Superintendente e secretário-executivo do Condel, Danilo Cabral que agradeceu a presença de todos os participantes E em nome do secretário-executivo Valder Ribeiro cumprimentou a todos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, saudou os demais membros do Conselho em nome da Governadora do Rio Grande do Norte e Presidente do Consórcio Nordeste, Fátima Bezerra, e agradeceu a toda equipe da SUDENE. Fez uma síntese da pauta e da importância da reunião, pois irão discutir o principal instrumento de financiamento do Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), sobre os ajustes feitos em sua programação pelo BNB para a execução ainda este ano (2024). Explicou que será deliberada a questão do Microcrédito Produtivo Orientado, solicitada na reunião anterior, e que a SUDENE trará uma proposta neste contexto. Disse que na pauta tem a proposição do restabelecimento do Comitê Regional de Instituições Financeiras Federais (CORIFF) da região de atuação da SUDENE "que desde 2014 não teve reunião e nós estamos reativando o CORIFF e, neste CORIF, propomos também a inclusão do Consórcio Nordeste, além de instituições que fazem financiamento, representando inclusive as agências de fomentos estaduais como a FINEP, e dos bancos do Estado de Espírito Santo e de Minas Gerais". Colocou outro ponto, ainda dentro da questão do FNE, que diz respeito a uma escuta dos estados, da área de atuação da SUDENE discutida no último Condel, quando se falou da possibilidade de o FNE ser disponibilizado para financiamento de projetos de PPPs e concessões. Disse ainda que o Ministério da Fazenda fará uma apresentação sobre Transformação Ecológica para o Desenvolvimento Regional. Destacou, que nesse primeiro semestre, a SUDENE em parceria com o Consórcio Nordeste e com outros atores, especialmente o MIDR, formulou a rede de ICTs concluída por ocasião da Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, a partir de um amplo diálogo que foi feito com a ANDIFES, com a ABRUEM, com a CONIF, conectando universidades federais, universidades estaduais, institutos federais, para que o capital humano da Região seja um conjunto expressivo de pesquisa, ciência e inovação e conhecedor do território e possa se integrar aos documentos de políticas formuladas para a Região. Solicitou à governadora Fátima para fazerem uma agenda juntos, visto que foi iniciativa conjunta SUDENE e

Consórcio, destacando que cada vez mais essa integração nas ações para a região Nordeste fique mais forte. Então dito isso, devolveu a palavra ao Presidente do Condel, Valder Ribeiro, que anunciou a apresentação do Ministério da Fazenda pelo senhor Rafael Dubeux. Com a palavra, após as saudações, o senhor Rafael disse que queria compartilhar o que vinha sendo discutido no MF que o Ministro, Fernando Hadad, chamou de Plano de Transformação Ecológica, e como este assunto dialoga com a pauta do desenvolvimento regional. Continuou destacando 4 pontos fundamentais. O primeiro ponto seria o porquê que o Brasil precisa de um plano de transformação ecológica; o segundo sobre "os potenciais regionais e aí eu falo da Região Nordeste especificamente, políticas, instrumentos financeiros já existentes e como a gente no Ministério da Fazenda, de certa maneira, vem tentando criar um diálogo, uma convergência dessas políticas e os desafios concretos que a gente queria trazer para cá para avaliação do Conselho e de que maneira a gente conseguiria lidar com eles". Destacou que um dado concreto e muito sensível para o presidente Lula é que a crise climática embora acarretada, fundamentalmente, pelos países ricos com a emissão de gases resultando no efeito estufa afeta principalmente os mais pobres. Mostrou um mapa mundial com dados da crise energética e dentro do Brasil, onde a região Norte e Nordeste são as regiões mais afetadas, mesmo que a emissão de gases não esteja em maior nível nestas regiões. Falou que isso fortalece o motivo de terem que lidar com o assunto. O terceiro ponto que o senhor Rafael disse "que antes esta agenda era uma agenda de nicho, onde a energia renovável era chamada de energia alternativa e hoje não é mais o caso que, claramente, a gente vê os três grandes blocos econômicos mundiais com volume muito expressivo de recursos devotados para a economia de baixo carbono". Ressaltou, que acham que o Brasil está fora dessa disputa, porém esclareceu que o Brasil tem potencial científico e tecnológico e que o Brasil publica tantos artigos quanto a Coreia do Sul, em termos de publicações periódicas científicas internacionais. Assim, o Brasil tem um grande ativo, que são as universidades públicas e instituições de pesquisas privadas, mas existe um desafio concreto que em comparando de novo com a Coreia do Sul, para um mesmo patamar de publicações científicas, eles registram vinte e três mil patentes e o Brasil apenas duzentos e cinquenta. Desta forma, tem-se que converter a produção científica em produtos e serviços novos para irem ao mercado. Falou do grande potencial do Nordeste para a energia eólica quanto para a solar. Disse que da mesma forma os sistemas agroalimentares e o potencial enorme que o Brasil tem para expandir sua fronteira agrícola sem impactar os biomas brasileiros e "então só utilizando a pastagem degradada, o Brasil conseguiria aumentar substancialmente o nosso potencial para biocombustíveis, por exemplo, além de evidentemente alimentos sem ter impacto adicional, seja na Amazônia, seja na Caatinga, na Mata Atlântica, nos biomas da região Nordeste". Ressaltou outro potencial que é o hidrogênio de baixo teor de carbono. Exemplificou que o governador Elmano vem trabalhando muito no assunto. Disse que o presidente Lula sancionou, no Ceará, o marco legal do hidrogênio de baixo carbono, abrindo para o País, um potencial enorme "não só para exportar o hidrogênio de baixo carbono, mas para utilizá-lo como insumo para uma indústria no Nordeste de baixo carbono". Falou ainda do potencial da indústria de bioinsumos, trazendo como exemplo da Embrapa, da Simbiose entre várias outras que têm utilizado o potencial da própria natureza como o Mandacaru para se criar soluções de bioinsumos para o uso na agricultura com tecnologia nacional. E, por último falou sobre mineração, e para fazer a transição energética, a previsão de um aumento exponencial da produção de alguns minerais chamados de estratégicos com o exemplo das terras raras, além de se aplicar também para lítio, níquel, para vários outros e "o Brasil e o Nordeste, em particular, novamente, tem um potencial muito grande nessa área". Colocou que o Governo vem lidando ao lado das ajudas tradicionais do Ministério da Fazenda de garantir o equilíbrio macroeconômico brasileiro, "buscar o déficit zero nesse ano da agenda de melhoria do ambiente de negócios, com a reforma tributária entre outras medidas, e aí nesse contexto a gente vem discutindo, em particular, algumas políticas e instrumentos financeiros voltados para o desenvolvimento do país, mas que tem uma dimensão regional que precisa ser levado em conta e aí a gente vê quatro grandes frentes de ação do governo federal um com a Nova Indústria Brasil e de que maneira a gente consegue alinhar as missões do Nova Indústria Brasil com esse componente do desenvolvimento regional, o Novo PAC que também traz o componente de desenvolvimento sustentabilidade muito forte e tem essa preocupação também garantir a criação de infraestrutura que possibilita o desenvolvimento também da região Nordeste, A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a PNDR que está em discussão e a gente vem justamente querendo tentando alinhar todas as ações para que a política reflita o que está na Nova indústria, o Novo PAC e o plano de transformação ecológica sobre o qual já falei para a gente fazer convergir essas medidas a vista desses grandes objetivos de desenvolvimento do país que de maior renda, de menor impacto ambiental e de menor desigualdade". Falou que concretamente, tem-se três grandes instrumentos com BNDES e o fundo do clima, o Banco do Nordeste com o FNE e o FDNE e a Finep que opera FNDCT que por decisão do presidente Lula no início do ano passado foi inteiramente descontingenciado, depois de anos de bloqueio de recursos para ciência e tecnologia, foi inteiramente descontingenciado para viabilizar alocação de recursos da ordem de R\$ treze bilhões de reais por ano, só para atividade e ciência e tecnologia e inovação. Finalizou sua apresentação mencionando que Celso Furtado quando concebeu a SUDENE sempre enfatizou como central para o desenvolvimento da região Nordeste o foco em inovação tecnológica, o foco em desenvolvimento da capacidade de tecnologia ao lado do investimento em infraestrutura e da formação de capital humano, "então a gente precisa atualizar isso, claro para os tempos atuais e como a gente reflete isso nessas quatro grandes frentes de ações do governo federal. E aí para concluir ia trazer alguns desafios concretos que eu acho que a partir desse contexto todo a gente precisa discutir aqui também no âmbito regional, um é a compatibilização dos fundos regionais com os objetivos dessas quatro grandes políticas que eu mencionei, o plano transformação ecológica, a política de desenvolvimento regional, a nova indústria Brasil e o PAC, o papel da energia renovável nesse contexto do Nordeste, como é que a gente usa esse potencial de energia renovável apenas para importar equipamentos sem agregação de valor no Brasil, sem efetivamente gerar renda em larga escala no país. E aí tem todo o debate sobre conteúdo local, sobre fortalecimento das cadeias de valor, sobre o desenvolvimento de tecnologias para região Nordeste, eu acho que isso é um ponto central aqui para ser discutido, a inovação tecnológica como um elemento crucial em todo esse processo. A gente não vai desenvolver uma cadeia produtiva apenas replicando tecnologia já existentes, mas tentando buscar na fronteira tecnológica e criar novas soluções aqui no Brasil, aqui no Nordeste, trazendo essa questão para o desenvolvimento regional, aproveitando que o potencial de expansão da matriz elétrica brasileira centrada no Nordeste pode ser encarado como uma maneira simplesmente colocar linha de transmissão para energia, para onde a carga está no Sudeste que não me parece melhor solução ou, pelo contrário, a gente aproveitar esse potencial do Nordeste para levar novas cargas, novas demandas, gerando indústria na região aproveitando o potencial de expansão de energia de baixo carbono e, por fim, a integração das estratégias de financiamento do BNDES, Banco do Nordeste e Finep a luz desses grandes objetivos para garantir que o desenvolvimento ocorra não apenas no Brasil, mas especialmente nas áreas mais pobres, em particular, no Nordeste brasileiro". Com a palavra o superintendente da SUDENE, Danilo Cabral, falou da total sinergia com tudo o que foi apresentado pelo Ministério da Fazenda. Disse que a SUDENE tem dialogado com o Ministério e com todas as preocupações que foram colocadas, em torno dessa

pauta, estão incorporadas aos desafios da Autarquia. Destacou, que sobre a questão da compatibilização dos fundos regionais, a pauta da reunião mostrará os encaminhamentos do FNE, pois o Condell da SUDENE que dita as diretrizes e o BNB é o banco operador. Sobre o FDNE, fundo que é administração direta da SUDENE. Disse da importância da integração, cada vez mais, da rede de ICTs ao setor produtivo, ou seja, “isso é mais um esforço que a gente está fazendo aqui também. Nós recebemos uma proposta objetiva que foi encaminhada pelo MIDR, através da Secretaria Nacional de Fundos que fala para um ajuste da Portaria nº 2252, que disciplina essa preocupação com a questão do conteúdo nacional, sem uma estratégia territorializada para o Nordeste e se dar o encaminhamento para a gente iniciar esse diálogo, inclusive como sugestão de pauta que ele seja já um ponto que a gente possa incorporar ao restabelecimento do CORIFF. Assim, ressaltou que acontecerá a compatibilização dos Fundos Regionais com o plano de transição energética, PRDNE, NIB, PAC. Por fim, falou que o espaço que se tem na SUDENE com o BNDES, BNB, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Finep, Consórcio Nordeste, Governos do Estado, ou seja, para levar esse debate e devolver uma contribuição. Finalizou sugerindo para que “a gente faça a instalação a partir dessa provocação dessa sugestão de portaria que foi feita pelo MIDR e a gente desdobre isso no próprio CORIFF também, mas de partida manifestando a total sintonia com todo o seu diagnóstico e os desafios que estão postos aqui também para a Região”. Agradeceu e devolveu a palavra ao presidente do Condell, secretário Valder. O presidente do Condell agradeceu aos senhores Rafael e Danilo pelas explicações e informou aos Conselheiros que iniciarão a ordem do dia. Desta forma, o **1º item da pauta: proposição nº 186/2024 - estabelecimento das diretrizes e prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) 2025**. Neste momento passou a palavra ao senhor secretário-executivo, Danilo Cabral, para suas ponderações. O senhor Danilo Cabral deu o uso da palavra ao Coordenador-Geral de Cooperação e Articulação de Políticas da SUDENE, Danilo Campelo para que faça o detalhamento solicitado. O coordenador da SUDENE falou inicialmente sobre alguns fatos relevantes. Explicou que a atividade de estabelecer as diretrizes do FNE é realizada anualmente que irá culminar ao final do ano com a programação do FNE para o ano de 2025. Disse que as políticas setoriais recentes (PRDNE, Nova Indústria Brasil, Plano de Transformação Ecológica, NovoPAC, entre outras) conversam perfeitamente com as colocações do secretário-executivo Adjunto do MF apresentou anteriormente; A SUDENE realizou estudo de avaliação do FNE nos últimos 20 anos e assim considerado; e o relatório preliminar do Acórdão do TCU que trouxe alguns dados e apontamentos também considerados na elaboração das diretrizes e prioridades. Disse que, como parte desta elaboração, os membros do Conselho foram consultados através de ofícios enviados pela SUDENE, reuniões diversas realizadas nos estados, além do apoio da Governadora e Presidente do Consórcio Nordeste, Fátima Bezerra, para realização de reuniões com o Consórcio, e com os demais membros classistas do Condell. Esclareceu que estas reuniões aconteceram para receberem as atividades prioritárias de toda a área de atuação da SUDENE. Afirmou que todas as atividades enviadas foram contempladas para a atualização das prioridades, assim como a inclusão dos considerados setores-chave no território pelo Estudo de Avaliação e a aglutinação de atividades da indústria em nível CNAE de grupo e da agropecuária em nível CNAE de classe e de grupo. Explicou que a matriz Insumo-Produto foi considerada para essa aglutinação dos setores que mais contribuem para Emprego, renda e Produto na região Nordeste, com base da aplicação dos fundos. Disse ainda que os projetos prioritários foram alinhados às políticas Brasil ao PTE, ao PRDNE e ao Novo PAC, também falou sobre os projetos que estejam alinhados a elas e acima de R\$ 30 milhões de Reais deverão ser homologados pela SUDENE e ainda poderão ser submetidos ao CORIFF. Finalizou que foi incluída a carteira de projetos do PRDNE e do NovoPAC como prioritários para fins do financiamento com melhores condições. Neste momento o representante da CNI, senhor Aduino Marques, fez suas saudações e quis aproveitar a oportunidade para reiterar que “a direção da SUDENE tem feito um trabalho maravilhoso estreitando e encurtando essa distância que é física porque nós aqui, parte de Minas, Norte de Minas, nos consideramos e somos de fato nordestinos”. Disse ter recebido o ofício SUDENE nº 1873, porém por questões burocráticas e de tempo, solicitou que fosse registrado em Ata que, em nome do Presidente da CNI, as considerações desta Confederação serão encaminhadas em breve e que fossem incluídas nas discussões dos investimentos do FNE 2025. Com a palavra, o presidente do Condell agradeceu a colaboração e pediu ao secretário-executivo Danilo para que desse seu entendimento sobre o assunto. O superintendente disse que as contribuições que chegarem fora do prazo, serão aproveitadas para serem deliberadas no próximo Condell e que nada impedia que, mesmo durante o exercício, aconteçam ajustes na Resolução e que o Banco incorpore para o próximo ano. Agradeceu ao senhor Aduino o que foi colocado sobre a direção da SUDENE. A Governadora Fátima Bezerra pediu a palavra e após seus cumprimentos, parabenizou a apresentação do senhor Rafael do MF sobre o plano de transformação ecológica “muito importante isso se conecta evidentemente com toda essa agenda global, essa agenda contemporânea, de descarbonização do planeta, importante para o Brasil e mais especialmente para o Nordeste”. Também agradeceu os esclarecimentos do Coordenador Danilo Campelo. Agradeceu a participação dos conselheiros classistas, entre eles a CNI, que todos são importantes no contexto do Condell e perguntou ao superintendente Danilo se a proposta dos 30% da cota anual do FNE para apoiar os projetos prioritários para os municípios na área de infraestrutura, inclusive através de PPPs ou concessões que tinha sido feito um pedido de vista estava na pauta desta reunião. O senhor Danilo Cabral respondeu que estava no 4º item da pauta. Em seguida o presidente do Condell passou, para uso da palavra, ao diretor do BNB, senhor Aldemir. Após seus cumprimentos disse que precisavam ajustar a redação e solicitou que aprofundassem mais a discussão, sobre os procedimentos para os projetos superiores a R\$30 milhões de reais. Colocou que precisam melhorar a redação em dois pontos, o primeiro a questão dos CNAEs que serão beneficiados e segundo como será a sistemática para se ter a análise da SUDENE e por conseguinte a do CORIFF, e para que não se estenda o prazo de análise e que não se anule a questão locacional. De volta com a palavra, o presidente do Condell agradeceu pelas colaborações e colocou em votação a proposição nº 186/2024, **sem manifestações, foi aprovado**. Em seguida, passou-se para o **2º item da pauta: aprovação da proposição nº 187/2024 - Alteração na programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício 2024**. O senhor Valder Ribeiro voltou a palavra ao diretor do BNB que solicitou ao seu assessor Erinaldo Rubens para fazer a apresentação sobre o tema em discussão. Em sua explanação mostrou o ocorrido em termos de aplicações no primeiro semestre, com o orçamento de R\$ 37,8 bilhões de reais do que foi aplicado, R\$ 23,0 bilhões de reais em 836,8 operações de crédito, resultando em um ticket médio de R\$27,5 mil reais. Disse que a área de atuação da SUDENE são 2074 municípios e estas aplicações atenderam 2042 municípios. Destacou um mapa com a distribuição geográfica dos valores das aplicações, por municípios, do Nordeste, em valores consolidados de R\$ 10 milhões - R\$ 1 milhão de reais. Disse que os mapas da região de abrangência do BNB e da SUDENE, demonstram a capilaridade que o Banco vem alcançando, com inaugurações de novas agências e aproveitou para informar a ausência do presidente Paulo Câmara, por causa da inauguração de uma agência em Aimorés/MG e postos do Crediamigo em Mantena/MG. Explicou que através do Crediamigo são aplicados os recursos do FNE, PNPO e expansão de unidades para atender estes públicos específicos, inclusive do Agroamigo. Apresentou as aplicações de acordo com as variáveis espaciais, destacando que o que estava previsto ao semiárido, pelo orçamento inicial, eram R\$ 17,6 bilhões e que até junho já aplicaram R\$15,64 bilhões. Ressaltou que se

forem considerados o que já existe no banco em carta consultas aprovadas, projetos em tramitação já em análise chegariam a 23,82 bilhões só no semiárido, com previsão de aplicação ainda em 2024. Disse que sobre as tipologias prioritárias, quais sejam municípios de baixa e média renda, o piso estabelecido, no Condell que aprovou a programação de 2024, foi de 70% e que já tinham atingido, até junho, 83,4%. Falou da meta de R\$ 773 milhões estabelecida às Rides e que já estavam em R\$924 milhões de reais. Falou que para as contratações por aportes prioritários, ou seja, empresas que faturam até R\$16 milhões por ano a meta foi de 62,2%, as aplicações, até junho, estavam em 63,1%. Demonstrou que por setores - infraestruturas, pecuária, comércio e serviço, e agricultura, também as aplicações estavam ultrapassando o piso estabelecido. Porém disse que muitos projetos, na realidade, não serão contratados por conta de terão que segurar no final do ano para poderem manter as aplicações aos setores prioritários, “então a prioridade é aplicar os projetos prioritários dos aportes prioritários e a gente tem hoje estabelecido na programação um teto para infraestrutura, já que está em 35% mas as contratações estão observadas na casa de 21.8%, estamos muito sob controle, observando os tetos que foram estabelecidos e a infraestrutura deve ficar mais ou menos nessa casa ao final do ano aí abaixo de 25%. Disse que nesta apresentação pode demonstrar o motivo de estarem pedindo uma reprogramação do que fora antes estabelecido de uma estimativa de R\$37,8 bilhões de reais e revendo os valores o banco irá chegar na casa dos R\$40,0 bilhões. Quis destacar que “nessas disponibilidades, parte da origem de que grande parte do que a gente tem, vem de retorno das aplicações. Vejam aí que R\$ 23 bilhões é do retorno da aplicação do FNE. Então o financiamento realizado pelo banco, ele tem retornado e, retornando, eles estão sendo reaplicados na economia à medida que estão retornando. A participação das novas entradas do tesouro, ela chega aí na estimativa R\$15 bilhões de reais”. Finalizou mostrando que a proposta traz todas as aplicações da reprogramação. Com a palavra o presidente do Condell agradeceu a apresentação e em não havendo manifestações colocou em votação e **o 2º item da pauta foi aprovado**. Em seguida passou para o secretário-executivo do Condell, senhor Danilo, para um informe. O superintendente da SUDENE falou que gostaria de trazer uma informação sobre a ponderação que o diretor Aldemir do BNB fez anteriormente sobre o item 1. Ratificou a importância de fazer a regulamentação e que irão fazer junto com o Banco do Nordeste dessa deliberação, no sentido de estabelecer um fluxo da vinculação do financiamento do FNE. Disse que “na nossa parte, aqui da SUDENE, eu cheguei a informar isso ao Aldemir também, a gente tem o compromisso de não permitir que essa manifestação, que possa ser feita ou pela SUDENE ou pelo CORIFF, retardaria as deliberações dos projetos que chegarem ao Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste tem um tempo de análise, enfim todas as condições de financiamento, nós não vamos discutir isso, é competência do banco, ele é contratado pela SUDENE com esse fim específico. Analisa dentro do prazo, que foi colocado pelo Aldemir, entre quatro e seis meses de tramitação desse projeto no BNB e o compromisso da SUDENE é de não passar de trinta dias para a manifestação superior, em relação ao enquadramento, ou não, daqueles projetos que estão sendo apresentados, em relação à NIB e aos demais projetos. Então logo a gente conclua esse nosso diálogo aqui a gente vai estar com o BNB para estabelecer o rito, garantindo toda a velocidade e senso de urgência que é necessário”. Dito isso, o superintendente Danilo passou ao **item 4 da pauta: Apreciação da proposta que trata da inserção de previsão de destinação de 30% do orçamento anual destinado ao financiamento de projetos de infraestrutura pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE para apoio a Concessões e Projetos de Parcerias Público-Privadas estruturados por entes federados subnacionais da área de abrangência do fundo**. Explicou que este item trata da devolutiva da proposta apresentada no último Condell, devido à provocação feita por governadores em relação à necessidade de se fazer uma integração do FNE com os investimentos de infraestruturas prioritários para os estados. Esclareceu que todos são sabedores da vinculação constitucional com o setor produtivo e isso foi discutido, após o pedido de vistas pela CNA e CNI, porém “identificamos que pode ter uma oportunidade; a partir das prioridades colocadas pelos estados e possamos garantir que parte desses recursos sejam destinados a elaboração de projetos de PPPs e concessões. Desta forma, a proposição destina 30% dos 30% destinados à infraestrutura para que sejam dadas oportunidades aos Estados de apresentarem seus projetos e em não se materializando dentro do prazo, os recursos retornam ao fluxo ordinário”. Ressaltou que a proposição contemplou as contribuições dadas pela CNA e CNI – que o limite fosse de até 30% - “no inciso II, quando se diz que findo prazo previsto no inciso I, caso o valor da carteira de projeto de concessões de parceria de PPPs definida pelo prazo não alcance o percentual de até 30%, os valores sobressalentes serão remanejados para aplicação em outros projetos”. Neste momento, o presidente do Condell passou a palavra por solicitação do representante da CNA, José Vieira, e após os seus cumprimentos disse que foi encaminhado à SUDENE, o ofício nº 219 com os questionamentos e ponderações referentes à preocupação com relação à constitucionalidade. Disse que a SUDENE encaminhou as notas técnicas e pareceres da Procuradoria Federal junto a superintendência com as solicitações atendidas. Colocou que “gostaria de expressar nossos agradecimentos pelos esclarecimentos prestados e pela formalização de posicionamento contra a constitucionalidade da proposição; que estavam concordando, porém eram necessários ajustes na redação e que, inclusive, formalizou na reunião do Comitê. Essas nossas sugestões visam justamente inserir no texto os esclarecimentos encaminhados pela superintendência trazendo nada mais do que a objetividade e a segurança almejada por essa confederação dos objetivos da proposição. A pergunta que eu faço é se foram acatadas essas inserções que são, nada mais, do que o ajuste de esclarecimento e objetividade feito pela CNA”. Prontamente, o senhor Danilo respondeu que todas as contribuições apresentadas na reunião do Comitê foram acatadas. Disse não ter autorização para utilização desses recursos fora do escopo constitucional, mas, de acordo com o setor jurídico, disse não haver dúvidas em relação à destinação dos recursos ao setor produtivo, sendo então seguro quanto a isso. Falou que a outra contribuição acatada foi a sugestão do até 30%, na redação do inciso 2 do parágrafo 2º, assim as duas preocupações centrais foram incorporadas na redação. O senhor José Vieira perguntou, especificamente, se foram feitas as correções solicitadas no texto e exemplificou a data. O superintendente da SUDENE respondeu que no texto atual todas as correções foram ajustadas e a questão da data seria quando da deliberação na reunião do Condell, ou seja, 15 de agosto. O representante da CNA, senhor José Vieira agradeceu ao superintendente da SUDENE e alertou os governadores quanto a forma de rateio entre os estados. O senhor Danilo disse da importância desse diálogo que contribuiu que a proposição fosse aprimorada e que o pedido de vistas surtiu um resultado positivo. Continuou “essa preocupação que você coloca em relação ao rateio também, claro que ela tem que estar presente, a gente tem aqui como princípio, inclusive já utilizado na própria regulamentação do FNE, uma distribuição espacial territorial que estabelece a partir de critérios objetivos, qual o limite de participação de cada estado. Então por analogia a gente já tem esse critério”. Então dito isso, agradeceu mais uma vez a contribuição da CNA. Com a palavra o presidente do Condell agradeceu pelos esclarecimentos e passou a palavra ao representante do MPO, senhor Márcio Luiz que perguntou se já teria ocorrido financiamento às PPPs e como se chegou ao percentual de 30%. De volta aos esclarecimentos sobre o tema, o superintendente Danilo disse que havendo manifestação e, ela não se materializando, o recurso é remanejado e, sobre os 30%, falou que foi um consenso para que se tivesse uma oportunidade para os estados, mas também sem prejudicar os demais setores de infraestrutura no Nordeste. O secretário-executivo Adjunto indagou se não teriam um histórico sobre

quantas PPPs foram financiadas pelo FNE, para que pudessem chegar a estes 30%. O superintendente Danilo explicou que existe o percentual de 30% para projetos de infraestrutura, nos critérios técnicos na programação do FNE e o que foi proposto seria uma parcela de 30% destes 30% para as oportunidades de PPPs e concessões. Assim, o senhor Márcio pediu o envio, pelo BNB, um histórico do que foi direcionado às PPPs, dos últimos 2 anos. O presidente do Condel, Valder Ribeiro, agradeceu e passou a palavra à governadora de Pernambuco, Priscila Krause. Em sua fala, após seus cumprimentos, disse que seriam 3 pontos que gostaria de colocar. O primeiro ponto disse da possibilidade de simplificar o processo na deliberação, ou seja, que não fosse preciso repetir todos os anos os projetos da carteira dos estados. “A gente coloca lá e aquele projeto já fica para os anos seguintes exceto que o próprio estado exclua”. O segundo ponto, a governadora perguntou da possibilidade de incluir na programação do FNE de 2024, no item geração e distribuição de energia oriunda de fontes convencionais, para geração e distribuição de energia prioritariamente de fontes renováveis. “E o outro ponto é que também nos itens financiáveis, a gente não encontrou saneamento, saneamento tem na parte de fiscalização e pediu para ler o item: logística e saneamento básico é passível de financiamento inclusive de forma isolada a contratação de profissionais, empresas de engenharia para acompanhamento técnico e diligência do capex do projeto, tecnologia de gerenciamento treinamento e elaboração de projetos. Esclareceu que eles entenderam, pela redação, que seria apenas a parte de fiscalização e não do saneamento propriamente dito. Com a palavra, o superintendente esclareceu que a resolução do FNE tem uma dinâmica e que a qualquer tempo em qualquer reunião do Condel a resolução pode ser ajustada e informou que estas preocupações colocadas, já constam também das diretrizes que estão sendo encaminhadas pela SUDENE e pelo próprio Banco do Nordeste; o superintendente disse que as energias renováveis são uma questão central para o Nordeste e a questão do saneamento propriamente dito, já faz parte, inclusive, em Pernambuco, como exemplo a BRK recebem financiamento para o saneamento na região metropolitana de Recife, como em Alagoas e em outros, inclusive, da própria SUDENE (FDNE) e pelo FNE também. Complementou que “de toda forma sugiro se tiver outras contribuições que seja remetida aqui para a gente para que a gente possa consolidar e propor inclusive no próximo Condel até um ajuste nessa resolução”. A governadora acatou a sugestão e que iria colocar por escrito o ajuste na programação de 2024, pois entendeu que na de 2025 suas contribuições já estão contempladas. Neste momento o assessor do BNB Erinaldo Rubens e disse ser exatamente o que o superintendente falou, porém gostaria de explicar que “desde 2023 as propostas de saneamento foram transferidas para o FNE Verde que tem um direcionamento para o financiamento de energias renováveis e tem lá o financiamento de saneamento, porque a gente acha que, pelo entendimento que foi que foi estabelecido, de que o saneamento e energias renováveis tem uma contribuição enquanto financiamento verde. Então o saneamento e as energias renováveis já estão previstos na programação FNE 2024”. Esclareceu outro ponto alertado pela CNA, da forma de distribuição dessa priorização que vai ser dada aos estados, “quando o banco envia a proposta para a programação até o 30 de setembro lá já tem a distribuição daquela proposição por estado, e no final você soma e se tem o orçamento geral de infraestrutura, e é ali que vai se fazer a priorização dos recursos para os projetos que o estado sinalize como prioritários de PPPs e concessões públicas”. O senhor Valder agradeceu as explicações e a Vice-governadora pediu a palavra apenas para saber se o FNE verde está alcançado pelos 30% ou se tem outro critério de priorização. Prontamente o senhor Erinaldo Rubens do BNB disse que a priorização será feita em cima do orçamento global de infraestrutura (FNE infraestrutura + FNE verde). Com a palavra o presidente do Condel colocou **em votação ao item nº 4 e foi aprovada a proposição nº 185/2024**. Em seguida passou **ao item nº 3 da pauta que trata da complementação ao ato de criação do grupo de trabalho responsável por elaborar proposta sobre o repasse de recursos do FNE para os programas de financiamento do microcrédito produtivo orientado urbano e rural – PNMPPO (proposição 188/2024)**. O superintendente com a palavra explicou ser uma devolutiva de proposta apresentada no passado e que haviam pedido vistas e, para o detalhamento, solicitou ao coordenador da SUDENE, Pablo para fazer a apresentação. O senhor Pablo trouxe os principais pontos que foram elencados na resolução do Grupo de Trabalho que foi instituído na reunião do Condel ocorrida em 13 de junho de 2024. Houve a contribuição do comitê técnico de inclusão de novos representantes e assim foram incorporadas todas as contribuições, “então o grupo de trabalho se dará com a SUDENE, MIDR, BNB, CNA, CONTAG e os governos estaduais. Outro ponto também que foi solicitada a inclusão, que na previsão inicial tinha solicitado a indicação de um representante e foi pedido também para que a fizessem a indicação do suplente.” Disse que a partir da publicação desta resolução, em até dez dias úteis os conselheiros deverão indicar os representantes para fazer parte do grupo de trabalho. Falou que o grupo de trabalho tem uma previsão inicial de noventa dias e reunir-se-á, uma vez por mês no mínimo. Finalizou que o funcionamento de maneira geral do grupo de trabalho é uma resolução e está disponível no site na íntegra. O presidente do Condel colocou em votação, em não havendo manifestações, **a proposição nº188/2024 foi aprovada**. Dando continuidade, o presidente passou para o último **item da pauta, o item nº 5, a proposição número 189/2024 proposta de atualização do Regimento Interno do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais - do CORIFF**. Passou a palavra para superintendente Danilo. O superintendente disse se tratar de uma necessidade de restabelecer o comitê que está regulamentado na lei complementar nº125 que criou a SUDENE e que na própria resolução que disciplina o funcionamento da SUDENE. Disse que o comitê visa ter a participação de todas as instituições financeiras federais que têm a atuação na área da SUDENE. Falou que a proposição é primeiro, “um movimento para que a gente possa fazer, como já foi colocado aqui, inclusive pelo próprio Rafael do MF, que é uma preocupação de todos nós a integração dos instrumentos de financiamento com as políticas que estão direcionadas para a Região e, para que isso se efetive, a gente precisa ampliar a participação embora a lei complementar que disciplina isso, mas podemos ampliar nas instâncias de funcionamento”. Disse que está colocando para participar também do comitê a FINEP, por ser um importante instrumento de financiamento também na região, e trazendo o Consórcio Nordeste como membro também desse debate, porque o Consórcio Nordeste representa as agências de fomento que tem cada estado e “esse debate também precisa estar dentro do CORIFF e incorporando que estão na área da atuação, mas que não estavam antes presentes também nessa câmara temática que é o banco desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e o do Espírito Santo. Disse que a partir dessa composição da câmara técnica irão discutir a política de financiamento. Esclareceu que a FINEP entra como financiadora de pesquisa e inovação. Finalizou com o esclarecimento que está sendo proposto no ajuste, que a indicação dos membros devem ser pessoas que pertençam a administração superior de cada órgão. “Isso diz respeito ao caráter estratégico desse órgão sem reduzir absolutamente o papel de ninguém, mas se a gente quer discutir de forma tática e estratégica a integração dessa política, nós temos que ter aqui representando esses órgãos, alguém que represente administração superior”. Assim, disse nessa resolução coloca que a indicação deve ser de cargo de direção ou equivalente em cada instituição para compor o CORIFF. Com a palavra, o presidente do Condel, agradeceu as explicações e colocou em **votação a aprovação do item nº5, proposição nº189/2024 e foi aprovada**. Neste momento a Vice-governadora, Priscila Krause, levantou uma questão de ordem, dizendo o quão é importante a reunião do comitê técnico que faz o pré-Condel e solicitou que as equipes dos membros do conselho

recebam o material, que será discutido, pelo menos 1 semana antes da referida reunião, visto que os assuntos são complexos. O presidente do Condel acatou a solicitação, disse da existência de um fluxo de processo para todas as superintendências e definiu como quinze dias o prazo ideal para envio do material e convocação dessa reunião do comitê técnico e disse que a secretaria do Condel fizesse o registro dessa definição em Ata. Passando para o encerramento, não tendo mais nenhuma manifestação, agradeceu ao trabalho da Superintendência, em nome do Danilo Cabral, mas extensiva a diretoria e corpo técnico, “porque esse é um resultado de meses de dedicação da Superintendência em colaboração com os ministérios parceiros, com os governos estaduais e suas secretarias e órgãos diretivos como no que se refere a Secretaria de Fundos Instrumentos Financeiros (MIDR) em nome do secretário Eduardo Tavares”. Falou que todos sabem de como o Ministério da Integração pelo Ministro Waldez é atento e atuante nas políticas públicas da região Nordeste, a nova indústria Brasil, o novo PAC, o PTE. Destacou que estavam mantendo o calendário das reuniões do conselho deliberativo, e falou para o superintendente Danilo marcar muito em breve uma reunião ainda esse ano com a presença do ministro Waldez. Informou que o “Ministro Waldez estava muito envolvido com o desastre do Rio Grande do Sul ainda no Ministério da Integração, além da defesa, Secretaria Nacional de Defesa Civil a gente é responsável por algumas outras demandas relacionadas a esse desastre, auxílio reconstrução, como exemplo está lá com a gente. A gente está cuidando agora aí das demandas judiciais, ouvidoria, ainda muito envolvido só para os senhores tenham ideia só o auxílio reconstrução nós já estamos na terceira medida provisória com quase R\$ 2,0 bilhões de reais disponibilizados pelo Governo Federal. Isso é uma diretiva do presidente Lula de que nós temos que dar total atenção ao Rio Grande do Sul em seus mais variados programas e benefícios do governo federal, então ainda estamos muito concentrados e focados ao atendimento da dos cidadãos do Rio Grande do Sul”. Ressalvou que, mesmo com essa situação não deixam de acompanhar todas as demandas e entregas das políticas públicas das outras Secretarias Nacionais do MIDR. Agradeceu a presença de todos os conselheiros e conselheiras e ao trabalho focado da SUDENE e passou a palavra ao superintendente Danilo Cabral. O superintendente da SUDENE agradeceu o apoio do Ministério da Integração e que fosse transmitido ao ministro Waldez, agradeceu a participação de todos os conselheiros nessa reunião, informando que na agenda está previsto o próximo Condel no dia 5 de dezembro, podendo haver alguma extraordinária nesse percurso. Agradeceu à governadora Fátima, o esforço pela integração que estão fazendo junto com consórcio Nordeste, que tem sido fundamental, para que a SUDENE possa ter uma atuação mais efetiva. E disse “eu acho que o reposicionamento da SUDENE, quanto órgão de planejamento, está conseguindo acontecer graças também a essa sinergia que a gente está fazendo com o Consórcio do Nordeste, e com os outros parceiros que também fazem parte aqui do Condel”. Antes de concluir, a governadora Fátima Bezerra pediu a palavra. Com a palavra, a governadora parabenizou por mais uma reunião da SUDENE, tratando de pautas tão relevantes do Nordeste e para o bloco de Minas e toda a região que faz parte da abrangência da SUDENE. Saudou os governadores e governadoras, às entidades classistas e todos que integram o conselho deliberativo da SUDENE. Fez saudação ao secretário-executivo Valder Ribeiro e agradeceu o apoio do Ministro Waldez do MIDR, aos ministérios da Fazenda, do Planejamento e ainda ao senhor Aldemir e todos que fazem o BNB. Pediu ao presidente do Condel para dar alguns informes importantes e disse que “no senado demos um passo importante, pois o Nordeste conseguiu se inserir no contexto da discussão da proposição legislativa que trata da renegociação da dívida com os estados. Que nós, enquanto Consórcio do Nordeste, estamos sempre nos posicionando de que é legítimo, que os estados superendividados busquem por melhores alternativas para resolver seus problemas de financiamento, mas que igualmente também é imperativo, que os estados do Nordeste sejam contemplados, que os estados do Nordeste não fiquem para trás”. Falou de todo o trabalho de articulação que fizeram com os governadores e governadoras do Nordeste, em sintonia com os secretários da Fazenda, o que “culminou com a vitória importante, quando nós conseguimos aprovar o destaque apresentado pelo Senador Marcelo Castro que acolheu a proposta exatamente do Consórcio Nordeste, que foi a ampliação do fundo de financiamento, bem como, adotar um critério predominante sobre a questão do FPE (Fundo de Participação dos Estados)”. Falou que este assunto tem a ver com a SUDENE, porque o projeto de renegociação das dívidas ainda vai para a Câmara para que seja aprovado, e o Consórcio e a SUDENE têm que, em conjunto, lutarem por estes ajustes na legislação sob pena de consolidar, cada vez mais, as desigualdades regionais. Disse que esse status, corresponde predominantemente por 90 % da dívida da União e que, os estados membros endividados, respondem por cerca de 10%. Disse que o Consórcio Nordeste se move pelo espírito de colaboração federativa, porém solicitou que o Condel acompanhasse a tramitação desse projeto. Continuou dizendo que o segundo informe e solicitação ao Condel, é que também acompanhe o assunto sobre a audiência com a ANEEL. Disse que o BNB estava a par e que a SUDENE também deveria saber que o excedente de energia que está havendo no Nordeste, no que diz respeito àqueles estados geradores de energia e, destacou que seu estado lidera, no momento, como o maior produtor de energia eólica a nível nacional, e que o dado concreto desta reunião com a ANEEL, foi que ela mostrou caminhos e respaldos técnicos, e fez um anúncio importante para o Nordeste que é uma nova linha de transmissão ligando o Ceará e o Rio Grande do Norte, que vai ser entregue no final do mês. Assim, igualmente, solicitou que o Condel acompanhe este tema junto a secretaria-executiva do Consórcio Nordeste. Destacou que “é fundamental a dimensão dos investimentos em curso na área de energias renováveis, eólica, solar que existe hoje exatamente no Nordeste e aí compatibilizado, no que diz respeito, a esses marcos regulatórios da ANEEL e da ONS. Dado concreto é que nós não podemos perder investimento de maneira nenhuma muito pelo contrário”. Por fim disse que a pauta hoje foi muito pertinente, sobre a falta dos 30% do FNE, e saudou as entidades classistas, o senhor José Vieira, e todos que estão participando e pela sensibilidade que estão tendo. Destacou que essa resolução sobre o tema é importante porque traz uma posição muito assertiva do ponto de vista do Condel, para que esses recursos possam ser destinados aos estados, para fomentar exatamente a infraestrutura. Finalizou, informando que a SUDENE irá receber formalmente o convite de várias agendas que o Consórcio Nordeste tem para o segundo semestre, e destacou uma agenda bem importante que é a Margem Equatorial, que será um encontro com a presidente da Petrobras, vai ser sediado lá em Natal e o tema central será que a Petrobras vai atualizar as ações em curso, no que diz respeito, a impulsionar os investimentos da Petrobras na Margem Equatorial. De volta com a palavra o superintendente, senhor Danilo Cabral, agradeceu à governadora Fátima, e que a SUDENE estará integrada com o Consórcio Nordeste e que viu isso acontecer com a chegada do presidente Lula ao Governo. Disse que antes, a integração Consórcio-SUDENE estava completamente distanciada. Pediu para registrar que “a integração se deve também a equipe do Consórcio. Nós temos tido muito contato direto com o nosso Gabas, com Glauber, com Pedro, com Diego, enfim com todo o time que faz parte do consórcio, que é um time muito dedicado e competente”. E agradeceu aos convites antecipadamente. Com a palavra o presidente do Condel, Senhor Valder Ribeiro, agradeceu a governadora Fátima e disse ser testemunha, na secretaria-executiva, de seu protagonismo junto ao MIDR e que iria passar suas mensagens ao Ministro Waldez que demonstra o carinho que tem pelo Rio Grande do Norte. Assim como não houve mais nenhuma manifestação de conselheiros e conselheiras, declarou encerrada a 34ª

reunião do Condel da SUDENE. A secretaria-executiva do Condel informou que as discussões e as apresentações proferidas estão gravadas e disponíveis aos Conselheiros. O registro de presença dos Conselheiros constitui parte integrante desta Ata.

Valder Ribeiro de Moura
Secretário-Executivo do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Presidente do Condel

Danilo Cabral
Superintendente da SUDENE
Secretário-Executivo do Condel

Documento assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Valder Ribeiro de Moura, Usuário Externo**, em 04/12/2024, às 17:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Jorge de Barros Cabral, Superintendente**, em 06/12/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudene.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0717088** e o código CRC **C7C84613**.